

# Uma catedral da modernidade: Patrimônio, Sagrado e Secular na vida social da Catedral da Sé de São Paulo<sup>1</sup>

A modernity Cathedral: Heritage, Sacred and Secular in the social life of São Paulo's Cathedral (Brazil)

**Juliano Florczak Almeida**

Núcleo de Estudos da Religião, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMO

O presente artigo se dedica a analisar o início da trajetória de construção da Catedral Metropolitana de São Paulo, abarcando o fim do século XIX e início do século XX, com o objetivo de refletir sobre como a Igreja Católica vive o processo de secularização. Metodologicamente, trata-se de uma investigação em Antropologia Histórica que se baseia em pesquisa em arquivos, especialmente em jornais do período. Os resultados dessas análises apontam que a derrubada da antiga Catedral estimulou a emergência de movimento em prol da preservação do patrimônio histórico. Por outro lado, a demolição para erguer um novo templo propiciou a construção de um horizonte comum entre as elites eclesiástica e política e econômica, interessadas na “modernização” do país. Como conclusão, afirma-se que, ao fazer crescer religioso e secular simultaneamente no novo edifício, integrantes da hierarquia eclesiástica dialogam com o processo de secularização e modernização para engajar setores da elite e o poder público no projeto da nova catedral.

**Palavras-chave:** Catolicismo, Romanização, Secularização, Patrimonialização, Igreja Católica.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi produzido durante estágio pós-doutoral realizado no âmbito do Programa de Cooperação Internacional CAPES/COFECUB na École Pratique de Hautes Études (EPHE-PSL) financiado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Agradece-se à CAPES pelo financiamento, aos coordenadores e do projeto, Emerson Giumbelli e Philippe Portier, este último também orientador da pesquisa. Agradece-se particularmente ao orientador brasileiro da pesquisa, Carlos Alberto Steil. Uma primeira versão do texto foi apresentada em uma reunião do programa “Laïcités” do GSLR. Agradece-se aos presentes pelos pertinentes comentários que permitiram melhorias no artigo.

---

Recebido em 19 de fevereiro de 2021.  
Avaliador A: 22 de abril de 2022.  
Avaliador B: 25 de abril de 2022.  
Aceito em 25 de maio de 2022.

---



## ABSTRACT

The present article is dedicated to analyze the beginning of the trajectory of the construction of the Metropolitan Cathedral of São Paulo, covering the end of the XIX century and the beginning of the XX century, with the objective of reflecting on how the Catholic Church lives the process of secularization. Methodologically, this is an investigation in Historical Anthropology which is based on archival research, especially in newspapers of the period. The results of this analysis point out that the demolition of the old cathedral stimulated the emergence of a movement for the preservation of the historical heritage. On the other hand, the demolition to build a new temple propitiated the construction of a common horizon among the ecclesiastical, political and economic elites, interested in the “modernization” of the country. As a conclusion, it is stated that, by making religious and secular grow simultaneously in the new building, members of the ecclesiastical hierarchy dialogued with the secularization and modernization process to engage sectors of the elite and the public power in the project of the new cathedral.

**Keywords:** Catholicism, Romanization, Secularization, Patrimonialization, Catholic Church.

## INTRODUÇÃO

No âmbito dos estudos sobre o patrimônio, as análises de tombamentos de templos sagrados de religiões ocupam um lugar de destaque. Uma literatura se desenvolveu sobre processos de patrimonialização dos espaços sagrados. Ao congregarem uma prática estatal com objetos religiosos, esses processos se constituem como *locus* privilegiados para discutir as tramas entre sagrado e secular. Trata-se mesmo de um campo promissor para conhecer os transbordamentos entre sagrado e secular (BALKENHOL; HEMEL; STENGES, 2020), outrora vistos como irreconciliáveis.

Tendo como horizonte essa problemática, o presente artigo se dedica a investigar o início da trajetória de construção da Catedral Metropolitana de São Paulo, abarcando o período entre o final do século XIX e início do século XX, a fim de refletir sobre como a Igreja Católica vive o processo de secularização (LEBNER, 2019). Analisa a derrubada da chamada Velha Sé e o início das obras da nova catedral. A antiga sede da Diocese de São Paulo era uma igreja em estilo barroco que datava do século XVIII (MATTOS, 1986). O prédio foi demolido em 1911 para dar lugar a uma nova catedral, em estilo predominantemente neogótico, cuja primeira

pedra foi colocada em 1913 (MATTOS, 1992).

O texto consiste, pois, no resultado parcial de uma pesquisa mais ampla em Antropologia Histórica<sup>2</sup> que se baseia em consulta a arquivos, especialmente a jornais do período<sup>3</sup>. Na esteira da ideia de seguir a vida social das coisas (APPADURAI, 2008), a análise aqui apresentada se debruça sobre controvérsias em torno da demolição da Velha Sé e da construção da nova catedral, prestando especial atenção aos modos pelos quais os edifícios afetam os atores e os mobilizam a se engajar nessas controvérsias<sup>4</sup>. Foram consultados especialmente os números do periódico *Correio Paulistano* do começo da Primeira República até meados da década de 1910, quando se registraram em larga medida essas controvérsias. Recorreu-se ao jornal *A Lanterna*, para dar conta do ponto de vista anticlerical, bem como a outros jornais oportunamente citados para complementar o argumento.

Seguindo a trajetória das sedes da diocese, argumenta-se que a derrubada da antiga Catedral estimulou a emergência de movimento em prol da preservação do patrimônio histórico. Por outro lado, a demolição para erguer um novo templo propiciou a construção de um horizonte comum entre as elites eclesiástica e política e econômica, interessadas na “modernização” do

---

2 Sob a denominação “Antropologia Histórica”, reúne-se uma coleção de perspectivas e de projetos intelectuais tão díspares como relevantes para suas diversas subáreas de estudos. Um leque plural de pesquisadores que inclui autores como o historiador medievalista Le Goff (2014) e o antropólogo Pacheco de Oliveira (1998) recorreu ao termo para descrever suas *démarches*. Ao lado dessa pluralidade, alguns pontos unem os investimentos intelectuais nesse campo em vias de consolidação. Pode-se afirmar que há uma crescente preocupação com os processos históricos nas pesquisas antropológicas. A obra de Marshal Sahlins (1990) pode ser considerada um marco desse movimento, que enfatiza a necessidade de problematizar diacronicamente os objetos de pesquisa antropológicos, legítima consultas em arquivos, tomadas como análogas à atividade de trabalho de campo (GIUMBELLI, 2002), bem como torna salutar a cooperação com historiadores. Como testemunho desse movimento e para ratificar sua relevância, este texto é parte de uma pesquisa mais ampla sobre edifícios religiosos que permitem lançar luz sobre processos de secularização e laicização e de transformações do culto católico.

3 Devo um agradecimento especial ao diretor técnico do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Jair Mongelli Junior, pela atenção à pesquisa e pela rica troca de conhecimentos. A pesquisa também foi feita na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

4 A postura que me parece mais produtiva para compreender as controvérsias aqui analisadas consiste, portanto, em seguir a trajetória das coisas, particularmente a Velha e a Nova Catedrais, cujo material, na acepção que Ingold (2012) atribui ao termo, afeta os atores humanos e os organiza. Semelhante postura deve às correntes antropológicas, já em vias de consolidação, que se desenvolveram a partir da chamada virada ontológica (HENARE; HOLBRAAD; WASTELL, 2007). O campo da religião foi revigorado por essa postura, que permitiu ir além de análises antropro ou sociocêntricas (ALMEIDA, 2021). Em outras publicações, pode-se experimentar *démarches* similares à posta em prática neste texto, seja para analisar como a relação com as coisas acionadas em cultos revelam transformações no campo religioso (ALMEIDA, 2016), ou ainda compreender como a “história” agrega-se às paredes de um templo e transforma os modos como o edifício afeta os atores humanos (ALMEIDA, 2018). Desse modo, as disputas em torno dos edifícios cujas vidas são acompanhadas aqui não se dão no nível das representações, mas nos modos como a grossura das paredes barrocas, a altura das catedrais góticas, as maquetes de projetos arquitetônicos, entre outras coisas, afetam e mobilizam os humanos e organizam as suas ações, as políticas públicas, as práticas de patrimonialização.

país. Fazendo crescer religioso e secular simultaneamente no novo edifício, integrantes da hierarquia eclesiástica dialogam com o processo de secularização e modernização para engajar setores da elite e o poder público no projeto da nova catedral, que se constitui como um “sagrado secular”, para usar a expressão de Balkenhol, Hemel e Stengs (2020, p. 5-6).

A fim de dar conta desses debates, o texto é composto por duas partes principais. Na primeira, destaca-se a demolição da Velha Sé e o seu vínculo com a emergência de movimentos de institucionalização da patrimonialização no Brasil. Para compreender essa demolição, apresenta-se um quadro sumário das relações entre política e religião na Primeira República. Esse quadro, a despeito de seu caráter conciso, serve também para refletir sobre o contexto de construção da nova catedral. A segunda parte se ocupa das controvérsias em torno da construção da nova catedral até a colocação da sua primeira pedra. Esses debates permitem ver como religioso e secular crescem simultaneamente no edifício. Começamos então narrando como a antiga sede da Diocese de São Paulo “se tornou” muito velha para um novo Brasil.

## **UMA IGREJA MUITO VELHA PARA UM NOVO BRASIL?**

Vasculhando os arquivos, fica claro que investigar a construção da Catedral da Sé se revela bom para pensar os jogos do processo de secularização no Brasil. Isso porque o novo templo foi concebido e construído durante um período em que as interações entre religião e política no Brasil mudaram profundamente. Trata-se da Primeira República, quando pelo menos três movimentos transformam as relações entre Igreja Católica, catolicismo e Estado Brasileiro.

O primeiro desses três movimentos é a separação formal entre Igreja Católica e Estado. No dia 15 de novembro de 1889, uma comissão escolhida pelo então bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, se reúne para iniciar a construção de uma nova sede para a Diocese de São Paulo (MOTA, 1953, p. 79 apud COMISSÃO EXECUTIVA DAS OBRAS DA NOVA CATEDRAL DE SÃO PAULO, 1954). No Rio de Janeiro, entretanto, no mesmo dia, a República é proclamada por um golpe de Estado. A República promove uma transformação do contexto. Influenciada pelo espírito positivista, implanta um Estado não confessional e promove a separação formal entre Igreja Católica e Estado brasileiro (MOURA; ALMEIDA, 2006). De fato, trata-se de uma separação formal, porque o catolicismo mantém, no novo regime, um lugar singular e a Igreja Católica preserva alguns privilégios, segundo a literatura (ORO, 2005).

Como consequência imediata da Proclamação da República, o projeto de construção da nova catedral é adiado.

Outra consequência — esta mais estrutural — da instauração do novo regime é o fim do instituto do padroado. É sabido que o Império Brasileiro recebeu da coroa portuguesa o Padroado Régio. Esse sistema submetia a Igreja Católica ao Império, cuja religião oficial era o catolicismo (ORO, 2005). Todo documento, norma ou decisão emitido por Roma devia ser validado pelo Império, que nomeava também os padres e bispos. O movimento ultramontano, que os bispos brasileiros do século XIX viam com bons olhos, era contra essa mediação, mesmo que em função dela o Estado brasileiro sustentava o culto católico. A República trouxe o fim do padroado, que foi bem recebido por agentes religiosos (ALMEIDA, 2018).

Aproveitando-se do fim desse instituto, a Igreja Católica consolidará sua hierarquia no Brasil durante a Primeira República (MICELI, 1985). É possível citar como exemplo desse processo a elevação de São Paulo à Arquidiocese, elevação que ocorre por um decreto papal de 1908<sup>5</sup>. Dessa forma, durante o processo de construção da nova catedral, ela se tornou a sede de uma arquidiocese.

O quadro contextual sumário que estamos propondo é completado por um terceiro movimento, relativo ao processo de mudanças no culto católico que pode ser observado no mesmo período. Trata-se do que a literatura tem denominado de romanização do catolicismo brasileiro (STEIL, 1996). Conforme os prelados brasileiros da segunda metade do século XIX e início do século XX, havia entre o catolicismo praticado no Brasil e as orientações litúrgicas romanas uma disparidade atribuída às dinâmicas do passado colonial. Diante desse legado, os bispos consideravam necessária uma “modernização” do catolicismo brasileiro, visto como “sincretizado”, imiscuído de “más” crenças e práticas.

Analisando, contudo, as práticas dos agentes da romanização, particularmente religiosos europeus que atendem ao convite dos bispos brasileiros e vêm em missão ao país, não se observam práticas “puras”, nem tampouco “racionais” (ALMEIDA, 2019). Apresentam trocas com outros sistemas de crenças, como o espiritismo, bem como práticas devocionais a santos, que, não raro, são vinculadas ao combatido catolicismo colonial (ALMEIDA, 2019).

A história da construção da Catedral de São Paulo ratifica essa percepção sobre o catolicismo romanizador. Apesar de o novo edifício ter sido concebido, seguindo o espírito da romanização, como um símbolo da “racionalização”, seu projeto foi fruto de um sonho, antítese

---

<sup>5</sup> Para este e outros aspectos da história institucional da Arquidiocese, consultar: <https://arquisp.org.br/historia/da-arquidiocese>.

do racional. Segundo nos conta o antigo secretário do arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, prelado que retoma o projeto de construção de uma nova Catedral, em uma noite de 1911, o arcebispo sonhou com um nova catedral construída no estilo gótico:

Foi então que um dia, no silencio noturno do Palácio São Luís, o Arcebispo teve um sonho. Sonhou algo fantástico, trepidante de agulhas pétreas, como o domo de Milão, algo historiado e definitivo, como as três portadas de Nossa Senhora de Paris, algo monumental e denso, como essa catedral de Chartres [...]. Sonhava, pela noite adentro, e no sonho, via a catedral de longe, na roxa ondulação das linhas do horizonte, quando as torres têm o aspecto de mastros [...]. Enquanto São Paulo de 1911, adormecia da fadiga diária, sob o olho vigilante dos seus lampiões amarelos, o Arcebispo continuava a sonhar, agora nos vitrais, nos seus mil jogos de luz [...]. (MATTOS, 1992, p. 7-8).

A demolição da Velha Sé, antiga sede da arquidiocese, pode ser tomada como um símbolo desse processo de romanização. A igreja que servia de cátedra do bispado havia sido erguida em estilo colonial barroco. E, a exemplo das práticas católicas brasileiras, o prédio também era visto como “grosseiro” e “simples” e mesmo despossuído de qualquer “beleza”. Assim, para citar novamente os testemunhos do antigo secretário do arcebispo, a destruição da Velha Sé foi uma consequência natural da modernidade:

Caída a efervescência das campanhas imperiais e dos primórdios republicanos, a velha Sé criara rugas e cabelos brancos, não podendo acompanhar o desenvolvimento da cidade. Ficara para trás, com os ferragoulos de baeta e os saios de melcochado preto com passamanes, os tabuleiros de doces iluminados, à noitinha, por tochas de clarão vermelho, o jogo da morra e da amarelinha, os históricos lampiões a gás, que eram a última palavra do progresso. Eis porque a velha Sé foi demolida em 1911. (MATTOS, 1992, p. 6).

Os jornais da virada de século testemunham que a Velha Sé, em alguma medida, envergonhava as elites paulistas. O templo, “velho” e “tradicional”, inspirava más impressões nos viajantes estrangeiros, o que embaraçava os segmentos sociais mais altos da capital paulista: “É sabido que os estrangeiros que nos visitavam não ocultavam a má impressão produzida ao depara-se-lhes a velha e tradicional catedral de S. Paulo” (A NOVA CATHEDRAL, 1913, p. 1). Era pois o contrário da imagem de uma São Paulo moderna que se gostaria de passar.

Para bem compreender o contexto em que se insere essa demolição e a construção do novo templo, é preciso rememorar que no Brasil do final do século XIX e do início do século XX cultivava-se uma vontade de modernização dos diferentes domínios da vida social. As elites partilhavam um projeto cujo objetivo era eliminar os “retardos” da sociedade brasileira, particularmente de seu povo (STEIL, 2021). Isso implicava uma transformação das práticas religiosas, segundo a alta hierarquia clerical, mas também outras mudanças. Nesse espírito que

os espaços urbanos, por exemplo, são redesenhados segundo os planos de arquitetos europeus, cujas ideias se tornaram políticas públicas em cidades da América Latina (GORELIK, 2018). Tratava-se de “racionalizar” e “higienizar” as cidades. Nessa época, São Paulo ganha avenidas, parques, jardins etc. (D’ELBOUX, 2015). Ganha também um novo “Centro Cívico”, uma nova praça no marco da fundação da cidade na qual a Catedral da Sé viria a ser figura central.

Anos mais tarde, durante a década de 1930, essa onda de demolição seria vista como destruidora do “patrimônio histórico”, categoria que então ganhava força na esfera pública e que desaguardaria na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, já no contexto do Estado Novo (CHUVA, 2009; GONÇALVES, 1996). A demolição da Velha Sé, então, geraria reações contrárias no seio mesmo das elites. Essa e outras demolições se tornam o objeto de críticas e motivam a série de artigos que seguiu ao “Contra o vandalismo e o extermínio” publicado por Paulo Duarte em 1937 no jornal *Estado de S. Paulo*, série que acompanha a emergência da institucionalização do processo de patrimonialização no Brasil (ALCÂNTARA, 2007; CAMPOS, 2006)<sup>6</sup>. Nessa série de artigos, a Velha Sé é citada:

Para nós paulistas é uma verdadeira consolação o movimento que o [jornal] “Estado [de S. Paulo]” está promovendo pela defesa do nosso patrimônio histórico e artístico. [...] Um dos característicos do progresso paulista tem sido, infelizmente, uma certa ânsia iconoclasta de demolir o pouco que existia. Pois essas pequenas igrejas – e o fato é dos nossos dias – foram sendo postas por terra, uma após outra. [...] Depois chegou a vez da velha Sé, que fora construída, mais ou menos, sob o modelo da igreja de São Domingos em Lisboa. Do maior monumento de São Paulo colonial nada resta. Nem mesmo certos ornatos de cantarias que ali existiam. (AZEVEDO apud “Contra o vandalismo e o extermínio,” 1937, p. 10).

<sup>6</sup> O fato de essa série de artigos acompanhar a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil e, em particular, em São Paulo, se deve à proximidade entre Mário de Andrade, ator central desse processo (CHUVA, 2009), e Paulo Duarte, como mostra Campos: “Mário de Andrade (1893-1945) [...], em 1937, foi nomeado pelo Ministério da Educação assistente técnico da 6ª Regional Administrativa para promover o tombamento dos monumentos históricos paulistas [...]. [Mário de Andrade] deu início então a uma série de excursões pela Capital e pelo interior com o objetivo de efetuar o reconhecimento do patrimônio histórico e artístico do Estado. E para participar da primeira dessas excursões, convidou um grande amigo, o deputado estadual e jornalista Paulo Duarte (1899-1984). [...] Após a primeira excursão, Paulo Duarte publicou no mês de junho de 1937 um artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, concitando os intelectuais, os poderes públicos e as associações científicas a se insurgirem contra a onda de vandalismo que ameaçava destruir o então considerado pequeno patrimônio histórico paulista” (CAMPOS, 2006). Deputado na Assembleia Legislativa à época, Duarte encaminhou projeto de lei para criar repartição pública estadual cuja finalidade seria pôr em prática as ações de patrimonialização tal como idealizado com seu amigo, Mário de Andrade, como nos conta Alcântara: “O conjunto de artigos publicados no “Estado de São Paulo” contra a destruição do patrimônio ensejou tal Campanha [“Contra o vandalismo e o Extermínio”] em 1937 e no mesmo ano foi defendido pelo deputado Paulo Duarte na Assembleia Legislativa o projeto de lei nº 279 que criava o Departamento Histórico e Artístico de São Paulo, o qual tinha por base o projeto de lei de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborado por Mário de Andrade com a ajuda de Paulo Duarte e em atenção ao pedido do Ministro Capanema” (ALCÂNTARA, 2007, p. 49–50).

Em um pequeno intervalo de tempo, os monumentos coloniais provocam outros afetos em parcelas das elites letradas. Se no início do século eram entraves ao progresso da modernização, imbuem processos de salvaguarda a partir da década de 1930. Para utilizar a metáfora da objetificação empregada por Gonçalves (1996), a antiga Catedral, anteriormente tomada como o que a nação não podia ser, passa a objetificar a própria nação. Diante do “vandalismo” e do “extermínio”, que davam mais eco à retórica da perda, era necessário resguardar o pouco que restava do “patrimônio cultural” nacional (1996). O próprio D. Duarte, responsável por ordenar a destruição, mantinha sentimentos dúbios com relação à Velha Catedral. É o que seu secretário testemunha:

Contava Dom Duarte (Memórias) que depois de determinada a demolição da velha Sé, teve que seguir para Roma, a serviço da Arquidiocese. [...] Voltando de Roma, Dom Duarte passando de carro pela Praça da Sé, não mais viu a Sé dos antepassados bandeirantes. Comprimiu-lhe a alma e arcaram-lhe os ombros, sentindo a sua responsabilidade, enorme peso de quem quer demolir, deve fazer coisa melhor. (MATTOS, 1992, p. 53)<sup>7</sup>

O terreno já estava, porém, limpo para a construção da nova catedral. Era preciso angariar apoios e especialmente recursos financeiros para a execução da obra, no qual terá um papel importante a oposição ao passado colonial. No próximo tópico, a análise desse périplo por viabilizar a obra nos mostrará como o religioso e o secular crescem simultaneamente no novo templo.

## **UMA CATEDRAL PARA O CLERO, UM TEMPLO PARA A MODERNIDADE**

A Constituição do Império, de 1824, garantia ao culto católico o privilégio de ser sustentado pelo Tesouro Público (ORO, 2005). Em 1888, o Império havia destinado uma soma de dinheiro para a construção da nova catedral de São Paulo, por meio de uma loteria, uma prática comum à época (MATTOS, 1992). Mas, com a Proclamação da República no ano

---

<sup>7</sup> Historiadores do período salientam que as elites paulistas de então justapunham o velho e o novo. Love (2006, p. 65–66) destaca que uma reivindicada herança aristocrática era conciliada com o estereótipo segundo o qual os paulistas apresentavam uma capacidade singular para o empreendedorismo e o trabalho. Essa justaposição sintetizada na figura do bandeirante, várias vezes mencionada nos textos da época analisada que fazem referência à nova catedral.

seguinte, o dinheiro foi redirecionado à construção de uma escola, a ser construída no terreno da Velha Sé. Em uma seção livre de um jornal do Partido Republicano de São Paulo, um cidadão festeja essa decisão:

Seção livre

Caminhamos!

Há onze meses apenas vivemos sob o benéfico influxo do regime democrático; entretanto, muito se tem feito para traduzir em realidade o que se inscreve em nossa bandeira e que nos augura um belo futuro – Ordem e Progresso. [...] Adaptando tudo isto às circunstâncias, ocupou-se do principal elemento da vida no regime democrático – a instrução popular. Foi com esse fim patriótico que o cidadão governador de S. Paulo não se demorou em transformar nossa Escola Normal, que era um estabelecimento deficientemente organizado, e, o que é mais, onde as convicções eram esmagadas pelos preconceitos políticos ou religiosos que ali imperavam, em uma verdadeira escola, onde se aprende a ser cidadão útil, livre e patriota. Estas reflexões nos foram sugeridas com a agradável impressão de assistirmos hoje ao selene lançamento da primeira pedra do edifício que o governo mandou construir para a Escola Normal. Uma coincidência feliz a propósito mais nos entusiasmou: a mesma quantia e o mesmo lugar destinados à construção da nova catedral de S. Paulo, vão servir para a de um edifício destinado à Escola Normal. Ainda bem! Caminhamos! (BRILHO, 1890).

A escola era estratégica para os republicanos, especialmente àqueles mais distantes da Igreja Católica. A educação era considerada como o caminho para construir um novo sujeito, o “cidadão útil”.

Na Câmara de Deputados do Estado de São Paulo, os eleitos, porém, se dividiam sobre essa questão da nova destinação dos recursos orçamentários. Os debates sobre o tema, que ocuparam sessões da Câmara, mas também páginas de jornais, revelam três grupos organizados pela controvérsia gerada pela catedral. O primeiro grupo reunia os partidários do — pejorativamente — chamado “clericalismo cristão”. Compreendia elites católicas conservadoras, inclusive a hierarquia católica. O segundo grupo era formado por elites liberais, chamadas “liberais”. Pode-se visualizar um terceiro grupo, constituído por ateus, livres-pensadores, anticlericais e republicanos mais distantes da Igreja Católica, cuja voz é menos escutada nos parlamentos e nos jornais com maior volume de circulação<sup>8</sup>. No início do século XX, havia jornais anticlericais em São Paulo, por exemplo, “A Lanterna”<sup>9</sup>. Nos debates, a postura do terceiro grupo é chamada de

8 Cabe precisar que, já na Primeira República, as elites paulistas comandavam a economia nacional, e, em parceria com as elites de Minas Gerais, geravam o poder executivo federal (LOVE, 2006). As elites paulistas se caracterizavam especialmente pela exploração do café, cujos dividendos financiavam uma nascente industrialização. O parque industrial paulista se tornou o mais importante do país por volta de 1920 e passou a ser o setor econômico mais importante do estado (*Ibid.*, p. 59). “[Havia] a convicção, amplamente partilhada, de que São Paulo representava um centro de progresso e civilização num país sul-americano desorganizado” (*Ibid.*, p. 64). Trata-se, pois, de elites de olho na modernidade, mas que também reivindicam um passado aristocrático (*Ibid.*, p. 66).

9 Sobre a história desse periódico, consultar o texto do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do

“radicalismo antirreligioso”, “intolerante”. No debate da Câmara do dia 31 de agosto de 1891, o deputado Hypólito da Silva argumentou em defesa da catedral, dizendo que o remanejamento dos valores colocava em risco direito de propriedade, ou seja, sem mobilizar um discurso teológico católico, evitando a pecha de “clericalismo cristão”. A despeito dessa argumentação cuidadosa, a nova destinação do dinheiro público foi aprovada:

Volta à tribuna o sr. Hypolito da Silva e apresenta uma indicação revogando o ato do ex-governador deste Estado no período da ditadura, aplicando na construção de um edifício para nele funcionar a Escola Normal o produto de uma loteria que estava destinado à edificação da nova catedral. Qualifica semelhante ato de injusto, ilegal e atentatório da propriedade. Seu discurso é constantemente interrompido por apartes dos [...] desfavoráveis ao conceito expedido pelo orador e pelos [...] que o apoiam. A indicação do sr. Hipólito da Silva foi rejeitada. (“Sessão de 31 de agosto da Câmara dos Deputados,” 1891).

Diante dessa derrota, anos mais tarde, já nos princípios do século XX, a diocese vai aos tribunais, demandando o dinheiro prometido pelo Império. Como o Governo de São Paulo deseja realizar um acordo com as autoridades eclesiais, a Câmara de Deputados analisa novamente o assunto no fim de 1908. As discussões mostram que os liberais eram contra a inclusão da catedral no orçamento público: “A Igreja [Católica], que está separada do Estado, não deve desejar receber favores do Estado”, afirmou o deputado João Martins (“67a Sessão Ordinária da Câmara em 19 de dezembro,” 1908, p. 2). O seu colega Antônio Mercado argumentou da seguinte forma, mencionando novamente as escolas como alternativas mais convenientes para a destinação de recursos do Tesouro:

“V. Ex., na discussão deste projeto [de orçamento do ano de 1909], tem visto negada as verbas insignificantes para construção de grupos escolares [...], instituições destinadas a levar a luz ao espírito das crianças [...]. Entretanto, ao passo que nega essas pequenas migalhas a tais instituições, porque a situação financeira do Estado não comporta o alargamento da despesa, a ilustre comissão propõe que se deem 600:000\$ para edificação de uma catedral! Não é defensável o ato da ilustre comissão. (Antônio Mercado apud “67a Sessão Ordinária da Câmara em 19 de dezembro,” 1908, p. 3).

Mesmo com essas arguições, o parlamento aprova a destinação do dinheiro público para o levantamento da nova catedral, viabilizando o acordo com a autoridade eclesial (A CATHEDRAL, 1909). É preciso considerar que a Constituição do novo regime, publicada em 1891, não permitia mais as despesas de recursos públicos para promover cultos religiosos (ORO, 2005). Então, por que nesse espaço de tempo entre um debate e outro na Câmara o

---

Brasil (CPDOC/FGV): <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LANTERNA,%20A.pdf>

resultado foi diferente? Por diversas razões, entre as quais devem figurar os *lobbies* católicos e as indefinições jurídicas da implantação da República, a especulação imobiliária (SILVA, 2021), mas também a impressão que o projeto da nova catedral causou. O arquiteto responsável, Maximilian Hehl, expos as plantas do projeto no seu escritório, motivando a visita de muitos curiosos, inclusive autoridades e jornalistas (A NOVA CATHEDRAL [Factos diversos], 1910, p. 3). Anos depois, uma maquete da futura catedral foi exposta na vitrine de uma loja, que virou ponto de peregrinação (A NOVA CATHEDRAL, 1915, p. 8). Se antes da apresentação do projeto o jornal republicano dava espaço à crítica da destinação do dinheiro público à Igreja Católica, depois da sua apresentação, nas páginas do mesmo periódico, é possível ler elogios ao “suntuoso” templo, sinal do “progresso” e da “beleza”. Há inclusive uma preocupação em bem localizá-lo na praça, a fim de que o templo tenha “[...] o realce condigno de sua estrutura monumental” (A NOVA CATHEDRAL, 1913, p. 1). Um jornalista chega a prever que “[...] o futuro monumento poderá ser chamado, sem contestação, a catedral mais bela de toda a América do Sul” (JUNIOR, 1915).

Na primeira reunião da Comissão Geral das Obras da Nova Catedral, em 1912, o arcebispo D. Duarte também sublinhou que a nova catedral significava colocar em dia a sede da Arquidiocese, adequá-la à “pujança do nosso progresso”:

Senhores, não é de hoje o pensamento de dotar a opulenta capital de S. Paulo com uma catedral à altura dos nossos créditos de riqueza e civilização. No enquadramento em que atualmente avulta, esplendida e soberba, a velha cidade dos bandeirantes, a alma paulista sentia-se apoucada, ante a mesquinhez de uma catedral que seria magnífica para os tempos coloniais, mas que hoje destoa, por completo, da pujança do nosso progresso. Faltava-nos, na frase de Bouvard, a nota característica da nossa civilização, e os nossos brios de paulistas precisam corrigir essa lacuna, que tanto nos diminui aos olhos do estrangeiro. Não seria oportuno talvez – e é certamente desnecessário – invocar aqui motivos de ordem religiosa para moer-nos a sair dessa vulgaridade, que tanto se afasta do vigor de nossa fé. Não: a vossa presença neste lugar, a gentileza com que acudiste ao meu apelo, acusa um sentimento de patriotismo, que bem condiz com o ensino tradicional da Igreja Católica. [...] nós – católicos e paulistas – queremos uma catedral que seja um monumento de fé e um atestado da nossa grandeza, que seja uma escola de arte e um estímulo a pensamentos mais nobres e mais elevados; queremos uma catedral opulenta que, testemunhando a fartura dos nossos recursos materiais, seja também um hino de ação de graças a Deus Nosso Senhor. (Duarte apud “A nova cathedral de S. Paulo,” 1912, p. 1).

Apesar de um pouco longo, o trecho do discurso do prelado é revelador de como a sacralidade e a secularidade coabitam no projeto da nova catedral. O arcebispo deixa clara a intenção de traduzir a nova catedral como algo moderno, inscrevê-la no movimento de modernização, de modo que o engajamento à construção por motivos religiosos é relegado a um segundo plano. Ao lado da igreja como “monumento de fé”, a catedral seria um “atestado”

da “grandeza” paulista e “uma escola de arte”<sup>10</sup>. O discurso eclesiástico sobre a catedral aciona argumentos seculares para sua construção. A nova catedral se torna uma espécie de “sagrado secular” (BALKENHOL; HEMEL; STENGES, 2020, p. 5-6). O conceito serve para pensar, pois ao ser tomada como um espaço de artes e um símbolo da modernização paulistana, a nova catedral adquire novas funções, vinculadas a um imaginário secular. Nesse processo, não perde, contudo, seu estatuto de espaço sagrado.

E os documentos do período mostram que jornalistas e agentes públicos são afetados por esse “sagrado secular” e incorporam os argumentos do arcebispo em favor da construção da nova catedral. A essa incorporação se deve a aprovação, pela Câmara Municipal, no ano seguinte, da exoneração de alguns impostos à obra. No parecer recomendando a exoneração se escreve que a Prefeitura tem a “obrigação de ajudar” construção de “soberbo monumento”:

Parecer n. 34

A Comissão de Justiça não tem motivos para opor-se ao deferimento da presente petição. E, considerando que a municipalidade tem o dever de auxiliar, quanto possível, a edificação do soberbo monumento, que o povo paulista vai levantar nesta Capital e que há de concorrer sem dúvida para o aformoseamento da cidade, é de parecer que se converta em lei o seguinte projeto:

Art. 1º - Fica a Prefeitura autorizada a dispensar [...]

S. Paulo, 30 de novembro de 1912. – Alcantara Machado, Armando Prado, Arthur Guimarães (“Câmara Municipal: Ordem do dia 28 de março de 1913,” 1913, p. 6).

É preciso destacar esse modo de êmico chamar a catedral: monumento. Não se trata de uma simples igreja. Ela é tomada como um monumento, o que fará a diferença quando a Igreja Presbiteriana demanda a mesma exoneração de impostos para a construção de seu templo. No caso dessa Igreja Evangélica, o parecer contrário à extensão da exoneração sublinha a singularidade do projeto da Igreja Católica:

PARECER N. 32 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

A Igreja Cristã Presbiteriana, projetando construir um templo à rua Helvetia, pede à Câmara Municipal que se lhe estendam as regalias da lei n.1670, de 1913, que dispensou a aprovação das plantas da nova catedral, de todos os emolumentos.

Se se tratasse de um monumento que, pela sua arquitetura, estivesse nas mesmas condições da projetada catedral, a Comissão de Justiça seria favorável ao deferimento, uma vez que não pode a administração pública estabelecer distinções entre os diversos cultos ou igrejas, favorecendo umas sobre as outras, na forma da Constituição Federal, art. 72, parágrafo 7º. Mas a nova catedral está projetada como um monumento de

10 Sansi (2005) salientou como as imagens no catolicismo são feitas para serem vistas e justamente de sua visibilidade tiram seu poder. Essa propriedade facilita, segundo o antropólogo (*Ibid.*), uma apropriação estética dessas imagens. Assim, torna-se possível pensar a Catedral como um espaço das artes. Sugere-se que inclusive o edifício da Nova Catedral afetava esteticamente seus apoiadores.

arte que, sendo realizado, constituirá um legítimo orgulho para a cidade, atestando às gerações futuras a capacidade dos atuais munícipes, ao mesmo tempo que concorrerá para o respeito e admiração do estrangeiro, ao nosso progresso e cultura. A Comissão de Justiça, pois, lastimando que a Igreja Presbiteriana não tenha projetado um tempo que igualmente concorra para o embelezamento da cidade, opina pelo indeferimento do pedido e arquivamento da petição.

S. Paulo, 13 de março de 1914. – Joaquim Marra, Rocha Azevedo, Alcântara machado. (“Câmara Municipal: Ordem do dia 18 de abril de 1914,” 1914).

Também em 1913, o jornal republicano afirma que D. Duarte foi o responsável por unir objetivos da Igreja Católica com os das elites laicas: “[...] harmonizando os interesses da Igreja [...] com os sentimentos de amor à querida capital paulista e aos seus florescentes progressos, que, para nós todos, são motivos do mais acrisolado desvanecimento” (CATHEDRAL DE S. PAULO, 1913).

Nem todos os interesses, contudo, foram harmonizados. As páginas do jornal anticlerical *A Lanterna* descrevem todos esses movimentos como “bons negócios”, denunciando as ajudas que o Estado oferece à Igreja Católica:

[...] o governo de S. Paulo [...] propôs-se presentear o amado clero da sua capital com uma nova catedral que vantajosamente substituísse aquele pardieiro dos tempos de Fernão Dias e que atestasse aos que nos visitam que somos um povo eminentemente... clericalizado. (A NOVA CATEDRAL, 1913).

Essa frase do periódico é bastante representativa da controvérsia em tela, especialmente porque propõe um jogo com as opiniões de outros atores da época, cuja posição seria bem resumida pelo trecho, desde que fosse substituída a palavra “clericalizado” por “moderno”. O trecho testemunha então que a hierarquia católica logra engajar segmentos da elite liberal ao projeto da nova catedral, transbordando os sentidos do novo edifício para além do religioso, em um processo de incorporação de valores seculares no seu projeto, sublinhando o caráter artístico e sua coerência com o “progresso” da cidade de São Paulo.

Se esse horizonte comum fica claro ao cotejar o discurso do arcebispo na primeira reunião da Comissão Geral das Obras com os pareceres da Câmara Municipal sobre a exoneração de impostos, ele contrasta com o discurso do então bispo-auxiliar Sebastião Leme da Silveira Cintra na colocação da primeira pedra da nova catedral. Nas palavras proferidas pelo futuro cardeal no evento, do qual participou a convite de D. Duarte, as divergências entre os segmentos conservador da elite e os liberais emergem:

Está lançada a primeira pedra da Catedral de S. Paulo! É um monumento comemorativo de fé, comemorativo de patriotismo! Já não há incrédulos na nossa época, pois passou o tempo em que os arautos da pseudociência negavam em absoluto a existência de

uma divindade. A ciência mesmo reconhece que não ultrapassa as raias desse âmbito visível e guarda silêncio diante dos eternos problemas. Conta-se ou li algures, que, quando os amigos de Spencer, em Londres, levavam o seu cadáver para os fornos da cremação, retornando, um deles exclamara: “Colegas! A estas horas só resta pó do nosso mestre!”, ao que um outro retorquiu: “Não! O seu espírito paira no meio de nós, vagando pelo espaço infinito.” Mas que espaço infindo será esse? Pergunta. Precisa-lo, responde, é uma difícil tentativa. E tosos, no destino do mestre, guardavam um silêncio profundo. Silêncio! Silêncio! Oh, meu Deus! Deixai-me abraçar essa fê, que é a nossa vida, essa fê, que sacia os nossos corações. [...] E S. Paulo compreende, e o afirma nesse granito, que vai ser alevantado para cantar os hinos eternos da grandeza do senhor, que a religião é um imprescindível princípio da paz e do progresso. (Leme Apud. “A Nova Cathedral de S. Paulo: O lançamento da primeira pedra,” 1913, p. 10).

Comparando as falas dos prelados nas duas ocasiões – o discurso de Duarte na primeira reunião da Comissão e o de Leme na bênção da primeira pedra –, podemos vislumbrar dois dos caminhos da Igreja Católica no Brasil. Duarte aqui se aproxima mais dos setores que dialogam com a modernidade e suas ciências e que possibilitam a emergência de um “sagrado secular”. Leme, dos que negam a possibilidade desse diálogo, vendo no catolicismo o meio primordial de acesso à verdade. O futuro Cardeal do Rio de Janeiro, então, questiona a possibilidade de confluir sagrado e secular em uma só categoria<sup>11</sup>. Ambos, contudo, concordam com o projeto romanizador e com a necessidade de reformar as práticas católicas povo brasileiro.

## CONCLUSÃO

No Brasil, a República significou uma grande transformação nas relações entre Igreja Católica e Estado. A Igreja católica, aproveitando a separação formal entre religião e poder estatal, aprofundou seu projeto de romanização do catolicismo brasileiro e consolidou sua hierarquia no Brasil. A construção da nova Catedral da Sé emerge como símbolo desses movimentos.

Graças ao projeto do novo templo, a Igreja Católica trata de alargar os sentidos da catedral, uma igreja que será, simultaneamente, um templo católico, um templo à modernidade e ao progresso, um templo às artes, um monumento. No começo do século XX, havia um

<sup>11</sup> Não é à toa, então, que o futuro Cardeal do Rio de Janeiro lançaria uma espécie de manifesto da neocristandade. De fato, sua Carta Pastoral de 1916 assumiu esse papel no debate interior à Igreja Católica no Brasil (Cf. COSTA, 2014, p. 82–85). Por outro lado, a posição de D. Duarte, circunstancialmente diferente da de Leme no debate referente à nova catedral, talvez estruturalmente se aproxime das opiniões do colega de episcopado. Não devemos ignorar que foi a convite de D. Duarte que Leme fez o discurso na colocação da primeira pedra.

sentimento de viver em uma nova época, um sentimento de progresso, que aparece nos debates sobre a nova catedral. Para construir a nossa sede da Arquidiocese, o arcebispo D. Duarte coloca em evidência um horizonte compartilhado com as elites, a saber, a “modernização”, onde ele localizava também sua maneira de ser católico. A Constituição de 1891 havia vedado a promoção de culto religioso pelo poder público. Mas esse horizonte comum da modernização possibilitou o concurso do Estado para construção do edifício. Assim, o poder público e elites de diferentes cores somam esforços para a construção, onde cresceu simultaneamente o religioso e o secular. Para entender essa particular relação entre categorias não raro tomadas como irreconciliáveis, acionamos o conceito de “sagrado secular”, com o qual Balkenhol, Hemel e Stengs (2020) descrevem esses processos por vezes conflituosos de entrelaçamento entre religioso e secular.

Sem dúvida, havia diferenças entre o clero romanizador e as elites liberais, seja no nível dos princípios, seja na definição de seus objetivos (STEIL, 2021). Essas divergências ficam claras em certos discursos de deputados, bem como na fala do futuro cardeal Leme na colocação da primeira pedra da catedral. Entretanto, na Primeira República, essas elites “[...] estabeleceram uma aliança estratégica contra a cultura e o catolicismo populares, vistos como obstáculos no caminho da modernização política e da ordem moral” (STEIL, 2021, p. 154). A nova catedral não é uma escola, mas, segundo as elites que colaboram para sua construção, ela também contribuiria para fazer nascer a nova nação desejada por elas, pois o processo de romanização, do qual a nova catedral é uma expressão, busca eliminar os “retardos” do povo, materializados pela Velha Sé.

Esse movimento de conciliação com a modernidade ganharia mais espaço no seio da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II, quando a própria Igreja Católica no Brasil chega a ser vista como secularizada (LEBNER, 2019, p. 142). A partir de então, ao combate do clero contra a “ignorância religiosa” do povo, soma-se a crítica à sua “alienação social e política” (STEIL, 1996, p. 255), proporcionando uma confluência entre os compromissos com a mudança social e do religioso (NOVAES, 2001, p. 63). Novaes (2001, p. 64) chamou a atenção para o paradoxo da importância que tiveram os prelados na difusão da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos que pregavam ironicamente uma Igreja horizontalizada. Segundo a autora, tal era a relevância de certos bispos que suas substituições significaram um enfraquecimento das CEBs.

Em outra ironia do processo histórico, no início do século XXI a nova catedral da Sé, construída a partir de 1913, é objeto de processo de patrimonialização. Depois de ser responsável pela derrubada da Velha Sé, demolição que, como mostramos, torna-se argumento para os primeiros movimentos pela institucionalização da patrimonialização no Brasil, a sede neogótica

da Arquidiocese de São Paulo foi tombada como patrimônio histórico do Estado de São Paulo (GERONAZZO, 2016). Tornando-se patrimônio, são implantadas uma série de evitações e interdições, que fazem lembrar a relação estabelecida com o sagrado. Mais uma vez a noção de “sagrado secular” (BALKENHOL; HEMEL; STENGES, 2020) é útil para pensar a trajetória do prédio. Tanto essas reviravoltas do processo histórico, como o fato de o secular crescer com o religioso, devem nos inspirar a ir além da estreiteza das categorias e pensar diferentemente.

## REFERÊNCIAS

1. 67ª SESSÃO Ordinária da Câmara em 19 de dezembro. **Correio Paulistano**, p. 2–5, 20 dez. 1908.
2. A CATHEDRAL. **Correio Paulistano**, p. 1, 12 mar. 1909.
3. A NOVA catedral. **A Lanterna: Anticlerical e de combate**, p. 1, 5 jul. 1913.
4. A NOVA cathedral. **Correio Paulistano**, p. 1-2, 6 jul. 1913.
5. A NOVA Cathedral. **A Gazeta**, p. 8, 5 out. 1915.
6. A NOVA cathedral de S. Paulo. **Correio Paulistano**, p. 3-4, 26 jan. 1912.
7. A NOVA Cathedral de S. Paulo: O lançamento da primeira pedra. **Correio Paulistano**, p. 2, 7 jul. 1913.
8. ALCÂNTARA, A. A. DE. **Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama - a Pré-história**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2007.
9. ALMEIDA, J. F. **Bom jardim dos santos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
10. ALMEIDA, J. F. Notas sobre a vida social do Conventinho de frei Hugolino: de convento a repartição pública, de museu a local de devoção. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 113–131, dez. 2018.
11. ALMEIDA, J. F. **Atos dos bons samaritanos - Romanização e medicalização na vida de religiosos católicos**. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: 2019.
12. ALMEIDA, J. F. Nem instituição, nem indivíduo: notas sobre carisma e agência a partir de testemunhos de graças de devotos de dois frades franciscanos. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 64, n. 3, p. e189654, 2021. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2020.189654. Acesso em: 22 dez. 2022.

13. APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In*: APPADURAI, A. (Ed.). **A vida social das coisas**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 15-88.
14. BALKENHOL, M.; HEMEL, E. VAN DEN; STENGES, I. Introduction: emotional entanglements of sacrality and secularity - engaging the paradox. *In*: BALKENHOL, M.; HEMEL, E. VAN DEN; STENGES, I. (Eds.). **The Secular Sacred - Emotions of belonging and the perils of nation and religion**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1-18.
15. BRILHO, C. Caminhamos! **Correio Paulistano**, p. 3, 18 out. 1890.
16. Câmara Municipal: Ordem do dia 18 de abril de 1914. **Correio Paulistano**, p. 5, 16 abr. 1914.
17. Câmara Municipal: Ordem do dia 28 de março de 1913. **Correio Paulistano**, p. 6-7, 26 mar. 1913.
18. CAMPOS, E. Mário de Andrade, Paulo Duarte e a proteção dos bens culturais paulistas. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, v. 2, n. 8, set. 2006.
19. Cathedral de S. Paulo. **Correio Paulistano**, p. 5, 29 abr. 1913.
20. CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da memória** - Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
21. COMISSÃO EXECUTIVA DAS OBRAS DA NOVA CATEDRAL DE SÃO PAULO (ED.). **Documentos para a História da Catedral de São Paulo**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954.
22. Contra o vandalismo e o extermínio. **Estado de S. Paulo**, p. 10, 24 jun. 1937.
23. COSTA, G. B. F. **Ortodoxia em dois tempos**: Do clericalismo político à secularização estatal. São Paulo: [s.n.].
24. D'ELBOUX, R. M. M. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil**. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas. São Paulo: 2015.
25. Factos diversos - A Nova Cathedral. **Correio Paulistano**, p. 3, 8 maio 1910.
26. GERONAZZO, F. Catedral da Sé agora é patrimônio histórico do Estado de São Paulo. **O São Paulo**, 6 jul. 2016.
27. GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.
28. GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN, 1996.

29. GORELIK, A. La production de la « ville latino-américaine ». **Problèmes d'Amérique latine**, v. 110, n. 3, p. 17, 2018.
30. HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. Introduction: thinking through things. In: HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. (Ed.). **Thinking Through Things: Theorising Artefacts Ethnographically**. London and New York: Routledge, 2007. p. 1–32.
31. INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25–44, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/>. Acesso em: 14 dez. 2022.
32. JUNIOR, G. Do meu canto. **Correio Paulistano**, p. 2, 23 nov. 1915.
33. LE GOFF, J. **A Idade Média e o dinheiro: Ensaio de uma antropologia histórica**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
34. LEBNER, A. On secularity: Marxism, reality, and the Messiah in Brazil. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 25, n. 1, p. 123-147, mar. 2019.
35. LOVE, J. Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, B. (Ed.). **História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III: O Brasil Republicano)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006. v. 8, p. 58-84.
36. MATTOS, M. S. DE M. **A Nova Catedral de São Paulo**. São Paulo: Mimeografado, 1992.
37. MATTOS, S. DE M. **A igreja matriz da Vila de São Paulo e a Velha Sé**. São Paulo: Mimeografado, 1986.
38. MICELI, S. **A elite Eclesiásticas Brasileira (1890-1930)**. Campinas, SP: [s.n.].
39. MOURA, S. L. DE; ALMEIDA, J. M. G. DE. A Igreja na Primeira República. In: **O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. História Geral da Civilização Brasileira (Tomo III, v. 9). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 348–370.
40. NOVAES, R. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, v. 49, p. 60-81, 2001.
41. ORO, A. P. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 48-49, p. 204-222, 31 jan. 2005.
42. PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
43. SAHLINS, M. **Ilhas de História**. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 1990.
44. SANZI, R. Fetiches e monumentos. Arte pública, iconoclastia e agência no caso dos

- “orixás” do Dique do Tororó. **Religião e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 62-81, 2005.
45. Sessão de 31 de agosto da Câmara dos Deputados. **Correio Paulistano**, p. 2, 1 set. 1891.
46. SILVA, A. C. DA. A antessala da demolição: revisitando o processo da montagem da Praça e Catedral da Sé de São Paulo, em primórdios do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 29, 2021.
47. STEIL, C. A. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jardim da Lapa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
48. STEIL, C. A. PADRE CÍCERO: RECONCILIATION AND MODERNITY. **Sociologia e Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 149–169, 1 jan. 2021.

*Juliano Florczak Almeida*

Pesquisador do Núcleo de Estudos da Religião da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutor em Antropologia Social pela mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9284-9751>. E-mail: [juliano-florczak@hotmail.com](mailto:juliano-florczak@hotmail.com)